

APRESENTAÇÃO

Com a chegada de seu volume 13, a Revista Acadêmica do Ministério Público do Ceará inicia 2021 com uma edição mais transdisciplinar composta por doze artigos, de modo que colocou em foco não apenas um olhar dogmático sobre o direito, mas também em problemas e soluções que demandam um debate de ordem psicológica, sociológica e filosófica. Assim, a Revista é tanto instrumento acadêmico como também de abertura social do Ministério Público, sendo um espaço de aprendizado mútuo entre instituição e sociedade.

Nessa edição, os artigos de autores do Ceará contribuem com utilização da processual da prova digital no direito brasileiro (“A prova digital no direito processual brasileiro”, de Diego Fontenele Lemos, Larissa Homs Cavalcante e Rafael Gonçalves Mota) e com o efetivo combate à corrupção pelo Ministério Público (“Ministério Público e a luta contra a corrupção política: radiografia do problema e meios de ação”, de João Marcelo Negreiros Fernandes e Isabelle Lucena Lavor). A Revista não se eximiu de entender a importância da contextualização jurídica em tempos de pandemia, tal como nas práticas e desafios da mediação em um cenário de isolamento social (“Olhares não adversariais em período de isolamento social: mediação e guarda compartilhada”, de Cláudia dos Santos Costa, Maria Izabelly Moraes da Silva e Thais Silva Araújo de Amorim Coelho) e nas dificuldades da ANPP nesse momento em que vivemos (“Acordo de não persecução penal em tempos de pandemia: a experiência na 97ª promotoria de justiça de fortaleza”, de Rickelly Kelman Pereira de Souza). Ainda nessa edição, temos o prazer de publicar dois artigos com forte e profunda incidência teórico-filosófica do direito (“Aspectos epistemológicos e filosóficos da atuação do ministério público quanto ao controle social de políticas públicas exercido pelos conselhos sociais”, de Helga Barreto Tavares, e “O modelo toulmin de argumentação e o julgamento pelo tribunal do júri”, de Ythalo Frota Loureiro).

A Revista teve a contribuição de artigos externos, sendo de dois autores estrangeiros. Em um contexto globalizado de aplicação do direito, a contribuição dogmática ficou marcada tanto no uso do Acordo de Acusação Diferida e Acordo de não-acusação (“Towards a legal framework for non-prosecution and deferred prosecution

agreements in nigeria”, de Akeem Olajide Bello) e o uso da prova digital no processo penal, abarcados pelos direitos fundamentais (“La evidencia digital en el proceso penal y la preservación de los derechos fundamentales”, de Fernando M. Rodrigo). A contribuição externa também se deu no âmbito transdisciplinar e com profundidade filosófica (“A segurança alimentar frente à deriva do 2,4-d no estado do rio grande do sul: pers-

pectivas do ministério público para a concretização desse direito difuso”, de Francieli Lung Izolani e Jaqueline Sampaio de Oliveira). A importância de proteção do espaço ambiental e urbanístico também é tema na abordagem do uso dos TACs (“Medidas para a efetividade da execução do termo de compromisso de ajustamento de conduta”, de Paulo Antonio Locatelli). Também é possível acompanhar uma visão sobre a proteção da mulher contra importunação sexual – e seus questionáveis efeitos – em comparação com Portugal (“Proteção e autonomia da mulher na lei 13.718/2018: uma análise comparada entre Brasil e Portugal”, de Fabrício Pinto Weiblen e Maria Luiza Mezzomo). Por fim, o artigo que aborda a atuação do Ministério Público em torno da internação psiquiátrica, incluindo elementos críticos a partir de Michel Foucault, encerra essa edição (“A história da deficiência, a internação psiquiátrica e a atuação do ministério público em alguns casos paradigmáticos”, de Anna Caramuru Pessoa Aubert).

Cabe aproveitar o espaço para salientar que a Revista busca melhorar em cada edição. Desde 2017, temos buscado alguma avaliação da CAPES, por meio da classificação Qualis, que oriente melhor os próximos passos. Apesar de buscar contribuir academicamente com a publicação de autores estrangeiros e professores qualificados, a Revista espera que, nesse segundo semestre de 2021, obtenha uma resposta para esse esforço. Ainda assim, continuamos os esforços para sempre melhorar. Para o atual número, será o primeiro que inaugura o sistema OJS, que facilitará todo o serviço de publicação e editoração da Revista.

Muito poder-se-ia dizer a respeito dos desafios futuros, mas é necessário encerrar este Editorial e reverenciar mais uma vez as autoras e os autores que contribuíram com seus trabalhos. Recordamos a todo interessado que nos mantemos abertos para receber trabalhos que estejam comprometidos em fortalecer o diálogo crítico entre o Ministério Público e a sociedade.

Equipe Revista Acadêmica da ESMP-CE